

CB
21/6/97
24

7

CORRUPÇÃO

**Empréstimo
prova ligação de
Amazonino com
empreiteiras**

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, declarou à Justiça Eleitoral em 1992 que emprestou US\$ 484 mil à construtora Exata — uma das empresas que mais prestam serviços ao governo do estado e à Prefeitura de Manaus. De 1993 a 1996, assinou contratos com a Prefeitura de R\$ 45.472.270, o equivalente a 12% das obras.

Esta é a segunda ligação do governador, suspeito de ter participado da compra de votos para a reeleição, com empreiteiras. A primeira foi denunciada por Fernando Bonfim, que afirmou ser testa-de-ferro de Amazonino na construtora Econcel.

A oposição vem divulgando denúncias de envolvimento de Amazonino com empreiteiras que controlam os contratos com a Prefeitura e o governo. A Econcel teria três sócios — André Lemos Auad, Alexandre Auad Neto e Júlio Mursa Cury. Mas, de acordo com Bonfim, o verdadeiro dono é Amazonino, que entrega o negócio a testas-de-ferro.

A mesma suspeita sempre existiu em relação à Exata. Em 1991, a empreiteira tinha entre os sócios Otávio Raman Neves. O governador mora numa mansão de Raman, que, segundo ele, é alugada por R\$ 7 mil. Mas a oposição tem afirmado que a Exata pertence a Amazonino e Raman seria apenas mais um testa-de-ferro. O último endereço da empresa é o mesmo da construtora Capa, também registrada em nome de Raman. A Capa também é uma das empreiteiras que mais têm faturado com contratos públicos.

Apesar dos indícios, Amazonino tem negado veementemente qualquer ligação com empreiteiras. Ele anunciou que está disposto a contratar uma empresa de auditoria independente para investigar se alguma empreiteira é favorecida pelo seu governo.

Ontem, ao saber que integrantes de partidos de oposição tinham divulgado a declaração de bens do governador, seu secretário de Comunicação, Ronaldo Tiradentes, reagiu com irritação.

“Antes de ser governador, Amazonino era empreiteiro e tem amigos no setor. Um desses amigos precisava do dinheiro, ele emprestou e recebeu de volta seis meses depois. Qual é o problema de emprestar dinheiro a um amigo?”, disse.

De acordo com Tiradentes, não há nada de ilícito no empréstimo. O governador, disse ele, não cometeu crime fiscal, porque incluiu o empréstimo em sua declaração de Imposto de Renda de 1991, nem crime eleitoral, porque a transação aparece na declaração feita ao TRE.

“Ele tinha capital e emprestava dinheiro para quem queria. Se depois essas empresas tinham contrato com o governo ou a Prefeitura isso não é problema do governador”, disse Tiradentes.

Na quinta-feira, o governador cancelou o depoimento que prestaria à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que está investigando a compra de votos para a reeleição.

A decisão de Amazonino irritou o relator do processo, Nelson Otoch (PSDB-CE), agravando a crise entre os tucanos e os pefelistas. O governador vai depor na segunda-feira. A intenção de Amazonino seria de amenizar a repercussão do depoimento, porque na segunda-feira o Congresso está sempre vazio.